

Comissão Europeia desmente Governo da República e diz que não recebeu qualquer pedido sobre OSP

A Comissão Europeia revelou que “não recebeu recentemente qualquer pedido de Portugal” devido às obrigações de serviço público (OSP) aéreo entre os Açores e o continente, contrariando a posição do Governo da República sobre o processo.

“A Comissão não recebeu recentemente qualquer pedido de Portugal relativo a um convite à apresentação de propostas relacionado com OSP nas rotas entre os Açores e o continente”, adianta a Comissão Europeia, através da Comissária para os Transportes, Adina Valean, numa resposta aos eurodeputados do PSD.

Em 28 de Agosto, após um requerimento dos deputados do PS, o Governo da República disse pretender lançar com a “maior brevidade” o concurso para as obrigações de serviço público aéreo dos Açores, adiantando que o processo está actualmente em análise na Comissão Europeia.

Ontem, a Comissão Europeia, em resposta a uma pergunta dos eurodeputados Cláudia Monteiro de Aguiar, José Manuel Fernandes e Graça Carvalho, eleitos pelo PSD, esclarece que não está a analisar qualquer pedido sobre as OSP dos Açores.



“A Comissão está sempre disposta a colaborar com Portugal e a prestar-lhe assistência em matéria de OSP”, acrescenta a Comissão Europeia, na missiva que foi ontem enviada.

A Comissão Europeia lembra que “cabe aos Estados-membros decidir se impõem uma OSP ou alteram uma OSP existente numa determinada rota”, desde de que cumpridas as regras comunitárias.

“Embora o regulamento não exija a aprovação da Comissão para estabelecer ou alterar uma OSP, a Comissão presta assistência aos Estados-Membros neste processo, com vista a assegurar o cumprimento da legisla-

ção da UE”, reforça a Comissão.

E acrescenta: “Assim, caberia a Portugal aferir as necessidades de conectividade dos Açores com o continente, tendo em conta as disposições do regulamento”.

A Comissária Europeia lembra que os Açores estão ligados ao continente por três rotas ao abrigo das OSP (na ligação entre Lisboa e Horta, Pico e Santa Maria), atualmente exploradas pela SATA Internacional/Azores Airlines, mas que podem ser asseguradas por qualquer companhia da União Europeia que respeite as condições das OSP.

Existem ainda outras 15 ligações,

recorda a Comissão, que garantem a ligação entre as ilhas açorianas e que são operadas pela SATA Air Açores.

“As obrigações de serviço público (OSP) desempenham um papel fundamental para a acessibilidade das regiões periféricas, em desenvolvimento, remotas e ultraperiféricas da UE”, defende a Comissão Europeia.

A pergunta feita pelos eurodeputados do PSD, datada de 4 de Setembro, questionava a Comissão sobre o “atraso no lançamento” das OSP para os Açores, alertando que a região “aguarda há muitos meses” pela conclusão do processo.

Já o Governo da República, na resposta de 28 de Agosto, afirmou que, após obtido o parecer da Inspeção Geral de Finanças (IGF), o processo encontra-se a ser analisado pela Comissão Europeia. “Foi obtido o parecer da IGF e solicitado à ANAC [Autoridade Nacional de Aviação Civil] que procedesse à elaboração das comunicações à Comissão Europeia, conforme previsto no regulamento [da União Europeia]”, lê-se na posição manifestada pelo Ministério das Infraestruturas liderado por João Galamba, em resposta ao deputado socialista Francisco César.

Bolieiro defende que mobilidade eléctrica deve ser incentivada e não penalizada

O Presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, defendeu a aplicação de incentivos à aquisição e utilização de viaturas eléctricas, mas sem “castigo e penalização” de quem utiliza viaturas térmicas.

Os incentivos “à aquisição, ao uso da viatura eléctrica, da mobilidade suave, quer em quatro rodas, quer em duas rodas”, são uma marca do Governo dos Açores e passam pela diminuição do preço no mercado e a uma intervenção pela via fiscal.

“Estamos disponíveis para criar estes incentivos. Se no regime



autónomico tivéssemos competências para criar benefício fiscal, cá estaríamos. No domínio geral da fiscalidade já interviemos ao consumidor. Temos uma redução máxima do que a lei

nos permite, em matéria de IVA, de diminuir 30% das taxas nacionais. Que o país faça o resto”, declarou o governante.

José Manuel Bolieiro falava no Palácio da Conceição, em Ponta Delgada, na assinatura de contratos com autarquias da ilha de São Miguel sobre a instalação de postos de carregamento eléctrico de utilização pública.

O Presidente do Governo lembrou os benefícios ambientais do uso de viaturas eléctricas, assinalando a “velocidade cruzeiro” da aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência

(PRR) neste campo nos Açores.

No total, São Miguel ficará com 51 postos de carregamento eléctrico ao dispor, espalhados pelos seus seis municípios. A instalação gradual de pontos de carregamento de acesso público decorre também, para além do intuito político da governação, do projeto LIFE IP CLIMAZ, cofinanciado pelo Programa Europeu para o Ambiente e a Ação Climática - LIFE, com o objectivo de auxiliar a região na persecução dos seus objetivos, no âmbito do Plano Regional para as Alterações Climáticas.

PAN defende contratos de trabalho com amas

O PAN/Açores defendeu ontem a aplicação no arquipélago de contratos de prestação de serviço com amas que estejam ou tenham estado integradas em creche familiar para acabar com “a discriminação laboral” existente no arquipélago. A posição do partido surge na sequência de uma reunião que o PAN/Açores manteve com as amas da Região, na Quarta-feira, para ouvir as reivindicações da classe que “visam, essencialmente, acabar

com a discriminação entre as amas de Portugal continental e as da Região”, segundo nota de imprensa divulgada pelo partido. O PAN/Açores lembra que entrou em vigor, no continente, em 27 de Outubro, “um regulamento com medidas de apoio à contratação de amas em creche familiar, que pretende incentivar a celebração de contratos de trabalho sem termo com amas que estejam ou tenham estado integradas em creche familiar”, de-

sendo a sua implementação nos Açores.

Sublinhando que aquela medida visa “colocar termo à precariedade laboral” das amas que exercem a profissão a “recibos verdes”, que, “em bom abono da verdade”, são “falsos recibos verdes”, atendendo “à real natureza das condições” em que o trabalho é exercido. “As amas dos Açores pretendem que a mesma medida seja implementada na Região para evitar

a progressiva degradação da profissão e acabar com a evidente discriminação laboral”, defende o PAN nos Açores, apontando que “a valorização salarial” é outra das reivindicações da classe. “Estas profissionais são fundamentais para o desenvolvimento, crescimento e bem-estar das crianças (...) o que assistimos é a um desrespeito por parte da Vice-presidência do Governo pelo trabalho digno e tão importante destas profissionais”.